



## **EM MEIO A UMA “CONFUSÃO DE LÍNGUAS”: FAMÍLIA, MATERNIDADE E CIDADANIA SOBRE DIFERENTES ÓTICAS**

Gilson José Rodrigues Junior de Andrade<sup>1</sup>

Este trabalho<sup>2</sup>, a partir de um estudo sobre crianças e adolescentes numa instituição de abrigo, realiza uma análise relacional sobre os diferentes discursos acerca da família na idade de Penedo-AL. Ao observar-se a relação entre os discursos institucionais e das famílias de classes populares pôde-se perceber que estas últimas são alvos de diversos discursos *estigmatizantes*, apontadas como não se encaixando em determinado padrão de comportamento moral “adequado” ao “bom desenvolvimento” das crianças e adolescentes. As mulheres aparecem discursivamente reduzidas à figura materna, apontadas como principais responsáveis pelo equilíbrio do lar e cuidado com os filhos.

Observando o cotidiano e a conversa dessas mulheres, constata-se que constroem com a apresentação positiva de determinadas características pessoais e familiares uma moral familiar que busca contrariar os estigmas infligidos. Elas realçam características pessoais e familiares que julgam ser positivas. Este cenário revela uma “confusão de línguas<sup>3</sup>” (FONSECA, 2000), na qual a normatização moral imposta pelo Estado e suas políticas públicas, em nome da justiça social, reforçam determinadas estratégias de deslegitimação moral, sem levar em conta as especificidades socioeconômicas e culturais em que se constroem a moral dos pobres. Dessa forma, o discurso institucional centra a responsabilidade por determinados “problemas sociais” nestas pessoas e em suas famílias, desviando o olhar das críticas ao Estado.

Com a explicação acima, além de introduzir, panoramicamente, a pesquisa que desembocou em uma dissertação de mestrado defendida no presente ano (RODRIGUES Jr, 2010), pretendeu-se explicitar a sensação presente ao longo de todo o trabalho de campo, ao lidar com “realidades” tão distintas, que dentre outras, eram demarcadas fortemente por diferenças de classe, percebidas não apenas pela distancia socioeconômica entre os agentes disciplinadores e as famílias supracitadas, como

---

<sup>1</sup> Mestre em antropologia – recém formado – pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE).

<sup>2</sup> Este pequeno artigo é fruto das reflexões que desembocaram na dissertação de mestrado defendida no presente ano -2010. Agradeço as ricas contribuições dos integrantes da banca: Russell Parry Scott (orientador, UFPE), Judith Hofnnagel (UFPE) e Claudia Lee Willians Fonseca (UFRGS).

<sup>3</sup> Termo que a autora, reinterpreta de Clifford Geertz (2008).



através de diferenças culturais, apontadas através das diferentes *estratégias de ação* (BOURDIEU, 2009), que se apresentam através de “outras” estratégias de sobrevivência, que, no caso das famílias pobres, por não corresponderem exatamente as idealizações defendidas pelos referidos agentes como mais “adequadas” sofrem aquilo que se buscou chamar de *estratégias deslegitimação moral*. Dentre outras questões que puderam ser analisadas, o discurso percebido sobre o “dever materno” sem dúvida evidenciou tal distancia entre os critérios compartilhados pelos agentes disciplinadores – apesar de toda a heterogeneidade e conflitos existentes entre eles – e as famílias, tendo como foco as mulheres por eles apontadas.

O discurso predominante sobre o amor materno, que o reduz as mulheres a função biológica de gerar os filhos<sup>4</sup>, deve ser observado como forma de dominação simbólica, *dominação masculina*, a qual estando naturalizada em nossas práticas culturais será defendida tanto por homens quanto por mulheres como sendo naturais ou até mesmo divinas. Como destaca Bourdieu (2003, p.52) o *poder simbólico* não vai se instaurar sem que se aja um consenso entre dominantes e dominados. Esta submissão não deve ser compreendida como um ato consciente, mas resultante de estruturas objetivas. Dessa forma, isto irá se refletir na percepção de diferentes atores nos mais diversos campos – familiar, acadêmico, jurídico, etc – construindo um *habitus* que perpassa as diferentes classes e grupos sociais, mas que será resignificado nos diferentes contextos.

A maioria dos entrevistados<sup>5</sup> falou na existência de um “instinto materno”, articulando diversas explicações para defendê-lo, assim como para sua suposta ausência<sup>6</sup>, ou pelo menos deficiência, em muitas das mulheres com quem mantêm contato em suas atividades. Em geral essas explicações apontam uma incapacidade de cuidar dos filhos, seja devido a pobreza ou falta de amor “já que não teriam tido isto dos seus pais, não tem como dar a seus filhos”, como me disse o promotor da infância,

---

<sup>4</sup> Para melhor compreender isto sugiro: BADINTER, 1985; DEL PRIORI, 1995; CAMPOS, 2008; PINTO, 2008; MOTTA, 2001; SWAIN, 2004; SCHEPER-HUGHES, 1997.

<sup>5</sup> Neste momento não apresentarei as falas e percepções das mulheres co filhas no LN, porém vale salientar que esta será uma parte indispensável da dissertação de mestrado ainda em curso. Dessa forma quando falo de “entrevistados”, estou falando dos diferentes profissionais, envolvidos com essa questão, e não de sua família.

<sup>6</sup> O juiz explicou-me que o instinto materno estaria ausente em algumas mulheres devido a um processo de “animalização”, que passavam. Uma conselheira tutelar explicou-me que muitas mulheres não conseguiam amar seus filhos, pois [...] “havia perdido o “amor próprio”. Dessa forma como poderiam amar um ser que é gerado delas?”



dentre outras questões que buscarei apresentar, ou mesmo “falta de vergonha na cara”, como afirmou de forma inflamada uma conselheira tutelar.

Apesar de todos os esforços dos estudos feministas para desconstruir com o mito do “eterno feminino” e do “amor materno”, estes têm grande força na atualidade, na percepção de mundo da maioria das pessoas em nossa cultura (SWAIN, 2004). Diariamente somos “bombardeados” por imagens mediáticas que fortalecem a visão da mulher como mãe. É comum vermos propagandas televisivas onde figura uma mulher cuidando de seus filhos, seja dando-lhes de comer, lavando suas roupas, ou qualquer outro afazer doméstico, do qual a figura paterna está geralmente ausente.

A fala de uma conselheira tutelar, Dalvanice, ao defender a “fraqueza moral” de determinada mulher – também interlocutora nesta pesquisa –, por não proteger duas filhas de uma situação de “abuso sexual” a que foram submetidas, é emblemática. Sobre este assunto ela defende qual seria a “principal função materna”, ou como afirma: a “mãe ideal”.

A mãe ideal... Ela tem que proteger o seu filho, dá limites ao seu filho, ela precisa (pausa). Primeiro, ela precisa ter a postura de mãe e de mulher, é de ser humano correto. [...] Que age dentro dos parâmetros de cidadania, de religiosidade, de afeto, de comportamento mesmo. Comportamento ético, que seja referência pra o seu filho. Eu não admito... Eu acho que eu tenho autoridade de falar isso, porque acho que ajo assim. Eu não admito uma mãe deslizar. Deslizar que eu digo é assim “Ah, eu sou uma mulher nova e preciso me divertir”.

Afirmou que ao ouvir isto das mulheres, o que não era nada incomum, precisar

se segurar na cadeira pra eu não ser grossa com a mãe, porque fica difícil para mim. [...] Eu não admito uma mãe desse jeito. **Mãe ela tem que ser pra o filho.** Tem que ter a vida dela, claro, tem que ter as prioridades dela, mas se a mulher optou por ser mãe, então o filho tem que vir em primeiro lugar...

É interessante observar algo presente no discurso dessa conselheira, percebido em diversos outros: o fato de defender que a responsabilidade dos pais – homem e mulher – deve ser iguais, porém sempre ressalta a função da mulher. O homem, segundo ela, teria, ainda, uma responsabilidade a mais: “proteger os filhos e a mulher”. No caso das “mães solteiras”, ou das famílias em que o homem vivencie uma situação de desemprego crônico, este não irá, em uma perspectiva dominante, ter condições de exercer o seu papel. Isto faz lembrar o que Donzelot percebe na França do século XIX, especialmente no diferente tratamento dirigido as famílias burguesas e as pobres. Para estes últimos, como destaca o autor

O patriarcalismo familiar só é destruído em proveito de um patriarcado do Estado. Basta a ausência do pai para comprová-lo. [...] Para ele papel algum é possível, sua função simbólica foi acaparada pelo juiz; sua função prática foi subtraída pelo educador. (2001, p. 98)



Se há certa diminuição no papel paterno, diante da postura intervencionista de um Estado que promete assumir a função de provedor, o mesmo certamente não acontece com a mulher. Reduzida à figura da mãe deverá dedicar a vida a esta “missão”, fazendo o que segundo a informante melhor define a maternidade: a proteção de sua prole.

Não se pode perder de vista que a partir do período retratado por Jacques Donzelot, qualquer cuidado com a família, sua normalização e vigilância, pressupõem um uma proteção das crianças, visando impedi-las de viver uma “infância desadaptada”. Cabe, aqui, perguntar, se todo o discurso atual, eco deste período, em busca de proteção dos “menores” não reproduz, mesmo que com um discurso não assumidamente higienista, tal atitude por meio de um discurso “politicamente correto”.

No sentido de explicitar a distancia entre a fala dos agentes disciplinadores, os quais geralmente comungam de valores hegemônicos, e famílias pobres, torna-se interessante apresentar a fala de uma das nove mulheres cujos filhos encontravam-se assistidos por um abrigo da cidade, Dona Anunciada.

Em todas as conversas ela ressaltava as dificuldades de sua vida. Fez questão de mostrar todos os cômodos de sua casa. Ali não havia mais camas, todas quebraram. Como prova disso mostrou uma pilha de madeira nos fundos do quintal enlameado. Além disso, contou que não tinha nem fogão nem geladeira, o que lhe obrigava a cozinhar só o necessário para o dia. Para ela a principal função materna é dá de comer aos filhos. Nesse sentido afirmou que além de “ajeitar sua casinha” um de seus maiores sonhos é ter uma geladeira e um fogão, utensílios geralmente considerados básicos para a classe média. Costumava cozinhar em latas de tinta com carvão.

O que a mãe deve fazer pros seus filhos é dar uma boa alimentação, como pobre, eu pego e boto esses meninos na escola, o tiquinho, que se chama José Laércio, mas a gente chama de tiquinho, tem o Aílson que não quis nada com a vida, tenho aquela outra que mora ali na outra rua, passou um bocado de tempo estudando e não aprendeu nada, também não teve cabeça pra aprender nada e não aprendeu, ela é dona da casa dela, mora com um rapaz e tem um filhinho já, aquele menino que tava aqui. (...) Tem hora que a gente procura e não tem boa alimentação, porque emprego não tem, ele já ta aqui pra pedir, porque eu num vou mentir, tenho que falar a minha realidade pra dar de comer aos filhos.

A preocupação com a alimentação dos filhos também apareceu quando Anunciada dizia preferir que as filhas permanecessem no Lar de Nazaré “porque lá elas tão sempre alimentada, arrumadinhas”. Nesse sentido, fica a pergunta: no cotidiano de Anunciada a preocupação centrada com a alimentação dos filhos e a aparente conformação de ter suas filhas em um abrigo, não pode ser vista como outra forma de “cuidado”?



Certamente não há espaço aqui para um maior aprofundamento – nem se trata da proposta –, mas ao transcrever-se as duas falas acima se pretendeu dar forma e cor ao que foi percebido ao longo de toda a pesquisa. Nesse sentido a ressalva que Bourdieu (2008) faz torna-se relevante: não se trata de analisar as individualidades, ou de questionar, por exemplo, as “as boas intenções” dos atores envolvidos – não se trata de colocá-los no papel de vilões -, mas de ressaltar como as representações que os entrecruzam, quando não desconstruídas e analisadas criticamente, podem contribuir com a perpetuação de desigualdades que não se apresentam apenas sobre a égide dos critérios socioeconômicos, mas a partir da defesa de determinados valores morais, naturalizados, considerados “normais”. O que sem dúvida finda por propor uma homogeneização, no caso pesquisado, de práticas familiares, exaltando algumas como “civilizadas”, no sentido desenvolvido por Norbert Elias (1994) e outras como “descivilizadas”.

A expressão do amor materno, e sua compreensão como algo inato à mulher, é uma construção social que varia de acordo com o contexto cultural e socioeconômico no qual os indivíduos são construídos. No entanto, relativizar realidades distantes da nossa própria sociedade aparece como algo supostamente mais fácil, visto como interessante por uma maioria de pessoas, já que não as obrigaria a “cortar na própria pele”. Quando as diferenças são mais próximas de “nós”, logo o etnocentrismo não é visto como tal, mas como proteção de ideais que são considerados realmente melhores, como se outras vivências, realidades socioeconômicas e culturais não pudessem não possam promover construções, *disposições, estratégias de ação*, distintas das hegemônicas, geralmente defendidas pelos agentes disciplinadores.

Longe de cair em qualquer discurso vitimizador, o que se pretendeu ao analisar as falas e representações dessas mulheres foi compreender como enxergam sua realidade social, fugindo ao máximo de visões estereotipadas. Isto significa compreende-las como detentoras de “agência”, este “tipo de propriedade dos sujeitos sociais (...) culturalmente plasmada e inevitavelmente distribuída de forma desigual, não tendo a ver com projetos individuais soltos, mas circunscritos dentro de uma cultura” (ORTNER, 2006)<sup>7</sup>. Trata-se, sim, de buscar perceber as formas sub-reptícias, as atividades dispersas nos cotidianos dos grupos sociais, as quais sem negar a influencia

---

<sup>7</sup> Como chama a atenção Ortner no mesmo texto-conferência, reconhecer que os sujeitos tenham agência, que reflitam sobre seu cotidiano, não implica em dizer que aja igualdade nestas agências, certamente uns tem mais agência do que outros.



de uma cultura hegemônica, um arbitrário cultural, percebem a criatividade dos procedimentos “minúsculos e clandestinos” (De CERTEAU, 1994).

Seguindo toda uma tradição de pesquisadores, influenciados pelo conceito de *técnicas corporais* de Mauss (2005), buscou-se conhecer e refletir sobre as narrativas, redes de solidariedade e negociações existentes no contexto vivido por essas mulheres (WACQUANT, 2002; WACQUANT, 2008; BOURGOIS, 2009); (FONSECA 2000; SARTI, 1996; SCOTT; QUADROS, 2009).

Sobre isto Claudia Fonseca (1996, p. 13,14) afirma que

Para se falar de povos longínquos, agilizam-se conceitos tais como “ritos agonísticos”, “sociabilidades tribais” e “famílias consangüíneas”. Chegando perto de casa, estes são substituídos por termos tais como “violência”, “promiscuidade”, e “famílias desestruturadas”. Relativizar a prática de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos. Nossa abordagem não deve ser confundida com um relativismo simplista. Procurar compreender certas dinâmicas não significa louvá-las, nem advogar sua preservação. Significa, antes, olhar de forma realista para as diferenças culturais que existem no seio da sociedade de classes –sejam elas de classe, de gênero, etnia ou geração; significa explorar o terreno que separa um indivíduo do outro na esperança de criar vias mais eficazes de comunicação.

Diante disto percebe-se a relevância do referido conceito de Marcel Mauss, compreendido pela a maneira como “[...] os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo. (p. 401). O autor ainda lembre que ao contrário do que se costuma julgar isto terá origem em um indivíduo isolado, mas tendo íntima relação com as disciplinas impostas ao corpo por culturas, grupos e sociedades distintas através das diferentes formas de educar; das conveniências; modas e prestígios. (2005, p. 401, 404.). Isso será percebido por Bourdieu como os gostos de classe e estilos de vida distintos, usados, inclusive, para legitimar como superiores os interesses e práticas cotidianas das classes sociais que detém o capital cultural.

Desconstruir com a aparente universalização dessas práticas permite não enxergar como “bizarro” o número de crianças, as vezes com menos de cinco anos, brincando pelas ruas das favelas em Penedo. Nesse sentido, os contatos estabelecidos com estas mulheres, possibilitaram observar-se que apesar de advirem de realidades socioeconômicas semelhantes, o mesmo não acontece com as “estratégias de sobrevivência” que constroem, muito menos com as justificativas para preferirem, ou não, a que seus filhos permaneçam abrigados.

O cotidiano das famílias pobres não pode ser observado sem se levar em conta como se inserem em um contexto mais amplo – nacional e internacional. Tendo em vista que isto tem influencia direta na maneira não só como estes grupos são enxergados



por outros grupos e classes sociais, mas inclusive como se enxergam, reproduzindo ou tentando negar os estigmas a si infligidos. A partir de sua experiência com moradores de vilas de Porto Alegre na década de 80 Claudia Fonseca vai dizer que

[...] essas pessoas identificam-se e são identificadas pelos outros como situadas no nível mais baixo da hierarquia social. As classes favorecidas servem-se de sua própria honra para desqualificar os pobres insubmissos. A virtude está do lado dos poderosos, e os que não aceitam suas regras são qualificados de gente “sem vergonha”. (1996, p. 18)

No caso de Penedo, o preconceito de classe é percebido desde o lugar em que se mora. Residir no Kamartelo, Matadouro, Coréia, dentre outras favelas da cidade é, de antemão, motivo para se desconfiar do “caráter” de alguém. No caso das mulheres entrevistadas, além dos fatores que as unem aos demais moradores, seus vizinhos, o fato de terem filhos em abrigos reforça os estigmas que lhe são impostos. Dependendo de “como ganhem a vida” isto poderá ser reforçado, já que, uma mulher que faça da sua casa um “bar”, principalmente com a ambigüidade com que este termo aparece, será apontada como alguém que “não sabe amar” seus filhos.

As nove mulheres entrevistadas ao longo da pesquisa nem sempre se chegaram a se conhecer pessoalmente. No entanto, suas bastante diferentes trajetórias se aproximam em diversos pontos. Dentre eles destaca-se o fato de alguns de seus filhos terem passado pela experiência de abrigo, nos casos relacionados à Associação Mãos Estendidas<sup>8</sup>, ou que permaneciam abrigados, no caso das “internas” assistidas pelo Lar de Nazaré<sup>9</sup>.

Independente do que cada uma dessas mulheres demonstrou pensar sobre a situação do abrigo, ficou evidente que isto apareceu em seus relatos como uma forma de defender certos valores morais. Além disso, mesmo que seus filhos passassem anos nos abrigos, isto não significava obrigatoriamente a perda dos laços afetivos entre elas e seus filhos.

Ter filhos “drogados”, filhas “putas” ou “traficantes” é tido como um sinal de vergonha, porém isto pode conviver com uma tolerância quando revertido, de alguma forma, em ajuda material para dentro de casa. O que não parecia ser o caso de Vilma, já que de acordo com ela e um filho mais novo, todo o dinheiro que o rapaz em questão conseguia ele “queimava com maconha”.

---

<sup>8</sup> ONG – abrigo – de orientação evangélica que serviu de ponto de partida para o desenrolar dessa pesquisa, mas que se extinguiu na segunda fase do trabalho de campo.

<sup>9</sup> ONG – abrigo – de orientação católica, com mais de cinquenta anos de sua fundação, ao redor da qual este trabalho se desenvolveu mais profundamente.



Exemplo contrário disso eu tive quando estava na casa de Neiva, conversando com seu filho mais velho, Ailton, quando uma garota que havia utilizado um dos quartos da casa para um programa fala: “Ailton, se minha mãe vier perguntar se eu fiz programa hoje, você diz que nem me viu”. Meu informante me explica que isto era porque se sua mãe soubesse ela teria de lhe entregar o dinheiro, ficando sem nada para comprar uma pedra de *crack*. Como lembra Fonseca (1996) a condenação moral da família ao exercício da prostituição por parte de uma filha, não a impede de usufruir dos ganhos materiais que os programas podem lhe proporcionar. Dessa forma “fazem vista grossa”, muitas vezes demonstrando surpresa e condenando, ainda que temporariamente, a “descoberta”.

Este não foi o quadro típico encontrado junto às interlocutoras ao longo do trabalho de campo. Evidentemente algumas reflexões não puderam ser aprofundadas, porém isto não impede de perceber-se a forma como estas mulheres buscam apresentar-se, negando qualquer acusação de que sejam “amorais” e incapazes de amar.

A força como que vêm o vínculo afetivo com seus filhos não contraria toda a discussão sobre a naturalização de um “instinto materno”, mas mostra como este se estabelece através de diferentes alianças e estratégias, muitas vezes invisibilizadas. A maior parte das mulheres entrevistadas demonstra um cuidado com os filhos, expressa na condenação por terem “se perdido”, ou no orgulho por ter ajudado a formar homens e mulheres “trabalhadores”. Estes cuidados são cruzados por outras relações que estas mulheres precisam estabelecer, principalmente com as relações estatais e suas parceiras, as organizações não governamentais.

Ao articularem categorias como “vagabundo e cidadão de bem”, “mães sacrificadas”, “mulheres trabalhadeiras”, assim como mostrando que ao longo de suas vidas alguns desses valores foram importantes seja para a escolha – as vezes frustrada – de seus maridos, como para a educação de seus filhos, elas se apresentam como se encaixando dentro deste padrão, estando aptas ao “merecido” exercício da cidadania. As falas das interlocutoras explicitam como estão constantemente negociando não apenas com sua vizinhança – para quem também buscam apresentar-se de forma positiva – mas, e, talvez, principalmente, com o Estado e seus parceiros – ONGs – ao articularem as mesmas categorias antes apontadas como inexistentes em sua formação, o que findava por dar-lhes a alcunha de amorais.

Fica evidente que constroem suas morais familiares articulando as mesmas categorias utilizadas pelos agentes disciplinadores. O que não é surpresa, tendo em vista



que apesar das diferenças socioeconômicas compartilham de uma matriz cultural comum. No entanto a construção desta em um cotidiano de classe geralmente distante daqueles defendidos pelo Estado, interpretados pelos agentes a partir de suas experiências, desencadeia em no fortalecimento de barreiras simbólicas, invisíveis, que findam por condenar moralmente essas mulheres, e suas famílias. Constrói-se o que Wacquant (2008) chama de um “isolamento simbólico”.

Não se trata de ter uma visão naturalizada da cultura, a ponto de defender que os arranjos culturais de classe devam permanecer como estão. Mas de compreender que faz-se necessário uma mudança profunda na forma como os agentes disciplinadores enxergam as práticas cotidianas das classes populares, desconstruindo com uma visão homogeneizadora que finda por perpetuar desigualdades.

Essas representações, no caso das classes populares pelo menos, parecem camuflar e enfraquecer as críticas ao Estado, já que este, através de programas como o Bolsa-Família, é visto como o “Grande Pai dos Pobres<sup>10</sup>”. O que certamente não basta para resolver os problemas sociais do Brasil. Como mostra Fonseca (2006), sem a culpabilização das mulheres, o Estado teria que assumir a sua incapacidade de cuidar da maior parte de seus cidadãos, os quais, na maioria dos casos, nem podem se encaixar nessa categoria. Exigir dessas famílias, em especial das mulheres, que dêem a seus filhos condições de exercerem plenamente a cidadania enquanto *sujeitos de direito*, parece ignorar que elas próprias não têm acesso a isto<sup>11</sup>, podendo ser apenas consideradas, como já referido, “cidadãs de terceira classe”, para as quais só valerá o Código Penal (CARVALHO, 2008)

Sem dúvidas são necessárias mudanças para que aja qualquer tipo de mudança, mas se as representações, há muito naturalizadas, não forem desconstruídas, de forma que perceba-se que nosso aprendizado individual, nossa visão de mundo e nossas *disposições* são entrecruzadas por diversos fatores, dentre eles a situação de classe, essa desigualdade, discursivamente combatida, continuará sendo perpetuada. O que afeta diretamente os direitos do cidadão – categoria por sinal naturalizada, despida de seu caráter histórico, social e cultural -, para a grande parcela da população que vive sem os meios materiais e simbólicos que permite sua construção e auto-reconhecimento dentro critérios estabelecidos como “melhores.”

---

<sup>10</sup> Dessa forma se não há grandes mudanças a culpa é concentrada nas mulheres que em sua falta de força de vontade se acomodam com o benefício.

<sup>11</sup> De acordo com Carvalho (2001) o cidadão pleno é aquele que pode usufruir de todos os direitos: civis, políticos e sociais.



## *Bibliografia*

- BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2003
- \_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. ZOUK. 2007
- CAMPOS, R. B. C. . Investigações sobre o amor materno:algumas notas para pesquisa. Pensando Família, Gênero e Sexualidade. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006, v. , p. 133-146.
- Carvalho, J. M.. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Relume Damara, Rio de Janeiro, 1989.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Relume Damara, Rio de Janeiro, 2001.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- DUARTE, Luiz F. D. ; BARSTED, L. ; TAULOIS, M. R. ; GARCIA, M. H. . *Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 8, p. 24, 1993.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Relume Damara, Rio de Janeiro, 2001.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. ; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FONSECA, Claudia *A dupla carreira da mulher prostituta*. Revista de Estudos Feministas 4(1) : 7-34.. Revista de Estudos Feministas., v. 4, n. 1, p. 7-34, 1996
- \_\_\_\_\_. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre. Editora Universidade. UFRGS. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos da adoção*. 3. ed. São Paulo, Cortez. 2006.
- SCOTT, R. P. *O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico*. CADERNOS DE PESQUISA, n. 73, p. 38-47, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Gênero, família e comunidades: observações e aportes teóricos sobre o Programa Saúde da Família*. In: Wilza Villela; Simone Monteiro. (Org.). Gênero e Saúde: Programa Saúde da Família em questão. 1 ed. São Paulo: ABRASCO - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva;UNFPA - Fundo de População das Na, 2005, v. 1, p. 73-98.



\_\_\_\_\_. ; QUADROS, M. T. . **A diversidade do bairro do Ibura:** contextualizando diferenças demográficas, econômicas e sócio-culturais. In: Parry Scott; Marion Teodósio de Quadros. (Org.). *A diversidade no Ibura: Saúde, Gênero e Geração num bairro popular do Recife*. 1 ed. Recife: Editora Universitaria da UFPE, 2008, v. , p. 11-47.

\_\_\_\_\_. QUADROS, M. T. . **Saúde e Gênero no Bairro do Ibura.** In: Parry Scott; Marion Teodosio de Quadros. (Org.). *A diversidade no Ibura: Saúde, Gênero e Geração num bairro popular do Recife*. Recife: Editora Universitaria da UFPE, 2008, v. , p. 48-64.

\_\_\_\_\_. **Negociações e resistências persistentes:** agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Editora Universitária UFPE. 2009

SOUZA, Jesse. *A construção social da subcidadania:* para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro. 2003.

SWAIN, Tânia Navarro. **Meu corpo é um útero?:** reflexões sobre a procriação e a maternidade. .In. STEVENS, Cristina (Org.) *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. SC: Editora Mulheres, 2004.

WACQUANT, LOIC. **As duas faces do gueto.** Boitempo Editorial. 2008.